

## CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP

## Aviso de Contratação 13/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2025	929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP	MARIANA LOPES HOHMANN CLARO	20/08/2025 14:07 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		42/2025

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

## Processo Administrativo n.º 41/2025

Torna-se público que a **Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé**, por meio de seu **Setor de Licitações e Compras**, realizará **Dispensa de Licitação Eletrônica**, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. **75, inciso II**, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão:** 27/08/2025

**Horário da Fase de Lances:** 8h00 às 14h00

**Link :** <https://www.gov.br/compras>

**Critério de Julgamento:** menor preço

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário

## OBJETO

1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação, por dispensa de licitação, de fornecimento de água mineral em copos descartáveis de 200ml e garrafas plásticas descartáveis de 500ml (com e sem gás), com entrega única e integral**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será **o menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Não se aplica.

## 3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras**.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. A participação na presente contratação é **exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, c/c o art. 72, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCU-Plenário).

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço unitário, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

4.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega, acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento das obrigações, tais como operacionais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete, garantia, seguros e quaisquer outros que incidam na entrega dos produtos no endereço da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens conforme especificado, dentro do prazo e condições estabelecidos.

4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.7.3. que se responsabiliza pelas transações efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.7.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

4.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus artigos 42 a 49.

## 5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrada no horário de finalização de lances também previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado **pelo valor unitário do item**.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, poderá ser realizada negociação por meio do sistema com o fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para obtenção da proposta mais vantajosa.

6.2. A negociação, se houver, será registrada no sistema e divulgada a todos os participantes.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Verificadas as condições de participação, será realizada consulta aos seguintes cadastros para confirmação da regularidade do fornecedor:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

6.4.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.4.2. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.4.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.4.2.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.4.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5. Confirmada a regularidade, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo definido para a contratação.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações do objeto;
- c) apresentar preços inexequíveis ou acima do valor máximo;
- d) apresentar desconformidade com as exigências deste Aviso, desde que insanável.

6.6.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.7. Verificada a compatibilidade da proposta vencedora com as exigências do Aviso e seus anexos, será declarada a vencedora e o procedimento seguirá para habilitação.

6.7.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.8. Se a proposta vencedora for desclassificada, será analisada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente.

6.9. Havendo necessidade, a sessão poderá ser suspensa, informando-se no sistema a nova data e horário para continuidade.

6.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.1.1. A habilitação do fornecedor mais bem classificado será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, conforme exigido nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O fornecedor deverá manter atualizados no SICAF os documentos exigidos, inclusive quanto à sua vigência, até a data de verificação da habilitação.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.2.3. Caso algum documento esteja vencido ou não seja possível consultá-lo automaticamente via SICAF, será concedido prazo para envio, exclusivamente por meio do sistema, sob pena de inabilitação.

7.3. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por ausência de documento obrigatório, por irregularidade fiscal, trabalhista ou jurídica, ou por apresentação de documentos em desacordo com as exigências deste aviso.

7.4. Caso o fornecedor mais bem classificado seja inabilitado, será convocado o fornecedor subsequente, na ordem de classificação, para comprovação da habilitação, e assim sucessivamente, até que se identifique proposta que atenda às exigências legais e administrativas.

7.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será declarado habilitado e a contratação poderá ser formalizada.

## **8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. Não se aplica.

## **9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

9.1. Não se aplica.

## **10. CONTRATAÇÃO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, a formalização da contratação se dará por meio da , que servirá como instrumento equivalente ao contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021 , considerando-se a natureza e o valor da presente contratação.

10.2. O adjudicatário será convocado, por meio do sistema eletrônico ou por outro meio oficial, para manifestar o aceite da Nota de Empenho , no prazo de 5 (cinco) dias úteis , contados a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta .

10.2.1. A Nota de Empenho poderá ser disponibilizada eletronicamente para aceite no próprio sistema ou encaminhada por meio eletrônico oficial, devendo ser aceita e devolvida dentro do prazo estipulado.

10.2.2. O prazo para manifestação poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O aceite da Nota de Empenho pelo adjudicatário implica o reconhecimento de que:

10.3.1. A Nota de Empenho substitui o contrato formal, aplicando-se à relação as disposições da Lei nº 14.133, de 2021 ;

10.3.2. A contratada se obriga aos termos de sua proposta, bem como às condições previstas neste Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e demais anexos;

10.3.3. As hipóteses de rescisão e os direitos da Administração serão aqueles previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021 .

10.4. O prazo de vigência da contratação será aquele definido no Termo de Referência limitado à entrega do objeto e à garantia ofertada, conforme aplicável.

10.5. No momento da formalização da contratação, por meio da emissão da Nota de Empenho, será exigida a manutenção das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso e na legislação vigente, as quais deverão ser preservadas durante toda a vigência contratual.

## **11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das condutas previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021 , dentre as quais destacam-se:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do objeto contratado;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do objeto;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo por motivo superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não aceitar a Nota de Empenho ou não apresentar a documentação necessária à formalização da contratação dentro do prazo;

11.1.7. Retardar, sem justificativa, a entrega do objeto contratado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa durante o procedimento ou a execução contratual;

11.1.9. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação ou o conluio entre fornecedores, em qualquer fase do procedimento;

11.1.11. Praticar atos ilícitos visando frustrar o procedimento;

11.1.12. Praticar atos lesivos à Administração, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção).

11.2. O fornecedor que praticar qualquer das infrações acima ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, nos casos de menor gravidade ou quando não se justificar penalidade mais severa;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de descumprimento injustificado de obrigações contratuais;
- c) Impedimento de licitar e contratar, com a Administração Pública do respectivo ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos nos casos de inexecução parcial grave ou de não formalização da contratação;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nos casos de fraude, inidoneidade, apresentação de documentação falsa ou prática de atos ilícitos graves.

11.3. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração.

11.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas de forma cumulativa com a multa, conforme disposto no §7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. Antes da aplicação de qualquer sanção, será garantido ao fornecedor o direito ao contraditório e à ampla defesa, devendo apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da intimação.

11.6. Se o valor da multa e das indenizações superar o valor eventualmente devido ao fornecedor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será objeto de cobrança judicial.

11.7. Antes da cobrança judicial, será facultado ao fornecedor o recolhimento administrativo da multa no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação oficial.

11.8. O processo de aplicação das sanções seguirá o devido processo legal, com instauração de processo administrativo próprio, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. Na aplicação das penalidades serão considerados:

- a) A natureza e gravidade da infração;
- b) As circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- c) Os danos causados à Administração;
- d) A existência de programa de integridade implementado pela empresa.

11.10. Se as infrações administrativas também forem caracterizadas como atos lesivos na forma da Lei nº 12.846/2013, os procedimentos serão apurados e julgados conjuntamente.

11.11. A desconsideração da personalidade jurídica poderá ser aplicada nos casos previstos no art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurado o contraditório, a ampla defesa e análise jurídica prévia.

11.12. A Administração comunicará as sanções aplicadas aos cadastros oficiais (CEIS e CNEP) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para fins de publicidade.

11.13. As sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade poderão ser objeto de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.



## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. Republicar o presente Aviso com nova data;

12.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que fundamentou o procedimento, privilegiando-se os menores valores, desde que atendidas as condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. Neste caso, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. Fixar prazo para adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso, desde que atendido o interesse público.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser adotadas se não houver interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo necessidade de realização de ato pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser observado o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações do sistema eletrônico, sendo de sua exclusiva responsabilidade os ônus decorrentes da perda do negócio por inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou por sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do procedimento na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento, no envio de propostas e lances, observarão o horário oficial de Brasília-DF, inclusive para a contagem de prazos e registro no sistema.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os interessados, atribuindo-lhes validade para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas constantes deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas sempre em favor da ampliação da competitividade, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da contratação.

12.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Aviso e as de seus anexos ou demais peças do processo, prevalecerão as disposições deste Aviso de Contratação Direta.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins, os seguintes anexos:

12.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

12.12.4. ANEXO II - Pesquisa de Preços;

Tremembé, 20 de agosto de 2025

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIANA LOPES HOHMANN CLARO**

Agente de contratação